

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS- ESAG

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Curso: MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

Grupo de Pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento

**O IMPACTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO EM MOÇAMBIQUE (1987-2024)**

120.310.931.85

Florianópolis,
2026

O IMPACTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM MOÇAMBIQUE (1987-2026)

INTRODUÇÃO

Com as transformações decorrentes na modernidade, teorias e ideologias de natureza política e econômica foram desenvolvidas para moldar alguns dilemas na sociedade, o que resultou em doutrinas como o neoliberalismo, caracterizado na governança pela “mínima intervenção estatal”, essa doutrina tendo sido convertida em políticas, normas e até mesmo à critérios de administração, modificou significativamente realidades sociais, econômicas, ambientais e políticas em várias partes do mundo, no entanto, Moçambique enfrenta atualmente desafios estruturais alimentados pela ascensão do neoliberalismo no continente africano, a destruição dos Estados africanos, incluindo o Estado moçambicano, deu-se influenciado em ideologias liberais difundidas pelos grupos de capitais como o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial (Bellucci, 2007). Esse estudo leva a problematizar de certo modo, teorias e políticas que de alguma forma contribuem para o subdesenvolvimento.

Moçambique é um país de Estado unitário localizado na África Austral composto por 11 províncias: Nampula, Cabo Delgado, Niassa, Tete, Zambézia, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Cidade de Maputo e Província de Maputo com a sua capital Cidade de Maputo localizada na zona sul do país, sendo esta a capital administrativa e econômica, o país é caracterizado pela sua riqueza cultural e natural envolvendo uma variedade de recursos naturais, alcançou a sua independência de Portugal em 1975, após 10 anos de luta armada, liderada pela FRELIMO¹, seguiu-se em 1977-1992 a guerra dos 16 anos entre a FRELIMO e a RENAMO², no demais, os antecedentes históricos do país tem forte influência sobre a realidade atual do país.

A adaptação do neoliberalismo nas diversas realidades se destacou como políticas, medidas, normas e como pura racionalidade, o fato é que, o processo de neoliberalização no continente africano limitou em grande medida transformações que afetaram em grande potencial setores como a produção, infraestruturas, educação, saúde, nos países que implementaram as políticas liberais, com isso, estes países foram obrigados a praticar certas restrições conforme orientavam as políticas liberais instituídas na governança por exemplo, a reforma fiscal, abertura comercial, privatizações em setores estratégicos e a redução do gasto

¹ Frente de Libertação de Moçambique.

² Resistência Nacional de Moçambique.

social, (Antunes, 2001; Harvey 2005), isso incentivado por entidades como o FMI e o BM, entretanto, isto, implicou na redução de investimentos na área da produção, o fraco investimento em infraestruturas, reflexos dessa realidade podem ser observados no âmbito produtivo quanto o social, o que se pode constatar no desemprego, e a fome vivenciada por maior parte da população nos 1980 a 1990 no continente africano (Kraychete; Almeida, 2023). O processo de neoliberalização em Moçambique se deu a partir de 1987 e vigoram até os dias atuais e, segundo Hanlon (1997), no país, até nos anos 1988, metade da população urbana e um terço da residente em zonas rurais era pobre, por outra, Weimer e Carrilho (2017), enfatizam que, Moçambique enfrenta, há cerca de quarenta anos, um subdesenvolvimento persistente caracterizado por pobreza extrema que atinge mais de 60% da população, acesso precário a serviços básicos e indicadores sociais muito baixos, incluindo reduzida expectativa de vida, baixa escolaridade e forte dependência de importações de alimentos, apesar de possuir recursos naturais, esses fatores levam à várias indagações, porquanto, a pergunta norteadora nesta pesquisa é, como a aplicação de políticas neoliberais na governança impactou e continuam impactando sobre o desenvolvimento socioeconômico em Moçambique de 1987-2026?

Quanto à hipóteses deste estudo, parte-se da hipótese de que a implementação de políticas neoliberais como a reforma fiscal, abertura comercial, privatizações em setores estratégicos e a redução do gasto social em Moçambique, incentivados pelo FMI e do Banco Mundial entre 1987 e 2000, foi um dos principais fatores para o aumento do desemprego em massa e da precarização dos direitos sociais no país.

Pela natureza histórica, o neoliberalismo invadiu inúmeras esferas, que a esfera administrativa não foi imune à esse ideal, o que leva a problematização deste estudo, “a administração pública, justamente, se constitui através de estruturas e práticas por meio das quais as orientações neoliberais vêm se materializando em formações econômico-sociais específicas” (Abdala; Socorrás, 2020, p.4). Dessa forma, esta pesquisa procura se debruçar na compreensão do impacto socioeconômico das políticas neoliberais em Moçambique, dando ênfase de como a aplicação destas práticas tem contribuído sistematicamente para a manutenção da pobreza no país. Ducatti; Alvez e Souza (2021), destacam o estado puro da ação das políticas neoliberais, as políticas neoliberais buscam a concentração da alocação de recursos para pagamento de dívidas de grandes atores capitalistas, segundo, como o valor obtido supera os gastos sociais de educação, saúde, urbanização, emprego, o país alcança um superávit primário que melhora a posição no capital internacional, no entanto, essa fartura acaba sendo direcionada para grandes bancos, que no sistema capitalista monopolista imperialista controlam

a administração do próprio Estado. Com isso, interessa observar a atuação desta prática no âmbito administrativo em Moçambique de como isso afetou a sociedade moçambicana, políticas sociais, infraestruturas e o crescimento econômico.

1. OBJETIVOS

1.2. Objetivo Geral

- Compreender o impacto das políticas neoliberais no desenvolvimento socioeconômico em Moçambique, dando ênfase de como essas políticas contribuem para a manutenção da pobreza.

1.3. Objetivos Específicos

- Demonstrar os impactos das políticas neoliberais no âmbito social, econômico, político e ambiental em Moçambique;
- Destacar os efeitos das políticas neoliberais na administração pública em Moçambique;
- Examinar o percurso histórico do desenvolvimento socioeconômico em Moçambique a partir de 1987;
- Analisar os principais desafios e oportunidades na gestão pública para o desenvolvimento socioeconômico em Moçambique.

2. JUSTIFICATIVA

Atualmente, em Moçambique uma parcela significativa da população vive em condições de vulnerabilidade social e pobreza extrema, com acesso limitado ou inexistente à assistência estatal. Esse cenário reflete-se nos indicadores internacionais: Moçambique ocupa a 183ª posição entre 193 países no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com pontuação de 0,461, e apresenta taxa de 61,9% de pobreza multidimensional, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, 2024).

Ademais, o país enfrenta desafios estruturais complexos e interconectados, elevadas taxas de desemprego, analfabetismo, insegurança alimentar generalizada, incluindo o terrorismo na província de Cabo Delgado. Esse conjunto de vulnerabilidades evidencia a necessidade de investigações aprofundadas que identifiquem os fatores causais da persistência da pobreza com base na literatura, justificando assim a relevância desta pesquisa.

Quanto às contribuições esperadas, este estudo apresenta múltiplas dimensões de relevância na área da administração, nas ciências sociais completamente. No âmbito acadêmico,

a pesquisa amplia o debate sobre o papel do Estado, a efetividade das políticas governamentais e a reprodução das desigualdades sociais, contribuindo para a literatura sobre desenvolvimento no Sul Global e em Moçambique em especial. Na esfera política, o estudo oferece subsídios para reflexões críticas sobre modelos de políticas públicas capazes de promover transformações estruturais efetivas no país, considerando as especificidades do contexto moçambicano e as lições de experiências comparadas como por exemplo o Brasil, sendo este um país com histórico da lógica neoliberal na governança, no início dos anos 1990 (Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso). No campo econômico a pesquisa contribui para a elaboração e reflexão da gestão pública nos países periféricos enfatizando a necessidade de adaptação e melhorias na administração, por outro lado, amplia debates sobre estratégias de desenvolvimento mais inclusivas e sustentáveis e no âmbito social, destaca-se a contribuição da pesquisa ao analisar criticamente os impactos das políticas neoliberais sobre a população moçambicana, fomentando a promoção e ampliação dos direitos sociais e o fortalecimento de políticas sociais.

Dessa forma, esta pesquisa apresenta contribuições relevantes para o programa de Pós-Graduação em Administração, promovido pela UDESC-ESAG, ao abordar sobre políticas governamentais, que são mecanismos que têm forte impacto na administração em vários setores num país, assim, tendo em vista a busca por superação do subdesenvolvimento em vários países, essa pesquisa se alinha profundamente nas discussões sobre a governança, desenvolvimento e justiça social nos âmbitos nacionais, regionais e internacional, de tal modo que, se alinha com o grupo de pesquisa Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Em síntese, esta pesquisa justifica-se pela sua contribuição aos estudos sobre a governança e o desenvolvimento, ao aprofundar a compreensão teórica e empírica dos fatores que perpetuam a pobreza, fenômeno persistente e estrutural na sociedade moçambicana, para além disso, o estudo é crucial pelo fato ao propor caminhos analíticos que possam informar políticas públicas para a promoção da justiça social e o desenvolvimento socioeconômico.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PRELIMINAR

3.2. Conceitos

O neoliberalismo é, em primeira instância, uma teoria de práticas político-econômicas, que defende que o bem estar humano pode ser melhor, na medida que são garantidas as liberdades e capacidades empreendedoras dos indivíduos no âmbito estrutural e institucional,

sendo este, caracterizado por direitos sólidos, a propriedade privada, livre comércio e o mercado livre (Harvey, 2005). Portanto, o neoliberalismo, não atende apenas a esfera econômica, mas, estando este interligado ao âmbito político. Conforme se deu nos países que adotaram o neoliberalismo tanto no âmbito governamental quanto econômico nos finais do séc XX, Suécia, Chile, Reino Unido, África do Sul, reconfigurou a estrutura econômica, social e política destes países,

O processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita “destruição criativa”, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração. (Harvey, 2005, p.7)

Nos últimos tempos, o conceito de desenvolvimento tem sofrido inúmeras contestações, devido aos processos históricos que acompanham este processo, para Bresser-Pereira (1983) o desenvolvimento é um processo de transformação inter relacional entre a economia, política e o social, pelo qual o crescimento do padrão de vida do povo torna-se automático e autônomo. Além disso, Anjos Filho (2013), sustenta que o processo de desenvolvimento altera as estruturas econômicas e produtivas, incluindo a esfera social, política e institucional, o que significa um avanço produtivo seguido do incremento da renda e da capacidade econômica da população. Esses indicadores não se refletem na realidade moçambicana, assim, pensar o desenvolvimento socioeconômico seria pensar uma transformação que perpassa o âmbito político, econômico, social e institucional capaz de garantir a superação coletiva dos problemas socioeconômicos que por sinal se inserem no progresso econômico do país.

Sobre o conceito de administração, segundo Willoughby (1927 *apud* Gonçalves, 2025, p.5) “O termo “administração” pode ser empregado em ciência política em dois sentidos. Em seu sentido mais amplo, denota o trabalho envolvido na condução efetiva dos assuntos governamentais, independentemente do ramo específico do governo em questão”, o exercício administrativo nesse contexto, é ação prática do Estado, pois, isso compreende o papel do Estado, administrar a sociedade nas diferentes esferas, social, política, econômica e institucional.

3.3.Impactos do Neoliberalismo em Moçambique

Num primeiro momento busca-se demonstrar como reformas administrativas conduzidas por instituições internacionais debilitaram a economia, a gestão pública e as instituições em Moçambique. Segundo Pece *et all*, (2021, p.2). “uma reforma administrativa é

um conjunto de mudanças em políticas de gestão pública e no redesenho de estruturas e processos da administração pública”, o que demonstra que a promoção de reformas administrativas em Moçambique englobou mudanças na governança pública e na forma como o atuação do Estado se dá, após as reformas neoliberais.

Os principais impactos do neoliberalismo na realidade moçambicana se circunscrevem na esfera social, econômica, política e ambiental. É, no entanto, a esfera social que se observa profundamente os impactos desta racionalidade, os altos índices de pobreza revelam essa realidade, assim como as desigualdades, isto porque, um Estado neoliberal, portanto, tende sempre a beneficiar as classes mais abastadas, por meio de favorecimentos ou até mesmo investimentos, por outro lado, cria um ambiente em que se reduzem programas sociais, para além disso, em um Estado neoliberal, existem grupos dos quais valem o investimento, e outros não, onde um certo grupo é capaz de favorecer a riqueza da nação (classe média e alta) e outros grupos não (pobres), estes últimos, são os menos destinados investimentos (Heinen, 2020). Esse fenômeno atravessa a realidade moçambicana, na medida em que certos grupos sociais possuem prestígios para empreender, investir e ascender socialmente enquanto que outros não, o que cria um ambiente com elevada desigualdade social.

Os impasses que o neoliberalismo criou em Moçambique, fragilizaram em grande medida a autonomia estatal, não restam dúvidas, na medida que se constituiu um cenário em que se observa, i) fragilização na governança democrática; ii) redução da autonomia (ownership) do governo no desenho das políticas públicas; e, iii) redução da capacidade de coletar impostos (Fontes, 2023). Por outro lado, vive-se o efeito da ajuda externa em que o país está inserido há décadas.

Todavia, o impacto económico em Moçambique pode ser observado em duas perspectivas, no âmbito doméstico e externo, porquanto, ao âmbito externo, estes impactos se descrevem em volta da destruição da capacidade produtiva do Estado moçambicano na medida que, o neoliberalismo invadiu em grande parte o modelo de produção económica,

O modelo económico de cunho neoliberal imposto aos países africanos, em particular, Moçambique pelo FMI e BM destruiu a base produtiva, sem criar estruturas de produção que possam responder pelas questões básicas, deixando toda pauta dependendo de importações, o que deixa o país, bem suscetível à crise de balança de pagamentos, visto que qualquer choque externo coloca em debilidade toda a estrutura macroeconómica. (Sigaúque; Cário, 2016, p.3)

No âmbito doméstico, o que acompanha a realidade moçambicana é a concentração de riqueza que se restringe a certos grupos, a propósito, Harvey (2005, p.27) aponta que, trata-se de um “projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e restauração do poder das elites econômicas”, esse contraste se reflete na realidade moçambicana, “[...] vive-se o reflexo de um contexto histórico de criação de elites políticas e económicas que se consolidam e fortificam através de networks viradas ao sector privado e em particular a investimentos em recursos naturais” (Bruna, 2017, p. 17).

Quanto ao âmbito ambiental, destaca-se a flexibilização de leis e normas de licenciamento para a extração de recursos naturais no país, o que permitiu a predominante participação de empresas multinacionais na extração de recursos, uma vez que, o projeto neoliberal busca à remoção de barreiras que limitam a promoção da acumulação do capital, nisso situa-se a desregulamentação dos direitos ambientais e a fragilização dos órgãos de proteção, preservação e fiscalização de medidas e empreendimentos que possam afetar a natureza (Sparemberger; Hartwig, 2023). Sendo a busca de lucros como uma das principais motivações do neoliberalismo, os seus ideais de individualismo, financeirização, economia de mercado e entre outros, criaram impactos profundos na sociedade moçambicana.

3.4.Desenvolvimento socioeconômico em Moçambique

O espectro histórico do país demonstra algumas transições que por fim levaram o país a adoção de reformas neoliberais, por um lado marcado por pressões e crises, isto porque, após a independência, o projeto de libertação de Moçambique buscava criar um ambiente em que fossem atendidas as necessidades locais, desde a época de Samora Machel com a busca pelo socialismo até os dias atuais no governo Filipe Nyusi (2024), no modelo de “democracia-liberal”, hoje, o quadro político, econômico e social só se aprofundou com a corrupção, dívidas ocultas, o terrorismo em Cabo-Delgado, a pandemia da Covid-19 e as mudanças climáticas,

Ngoenha e Castiano (2019) apontam que, a desolação do país tem a ver com a nossa incapacidade de encontrar soluções [...] o grande desafio, portanto é trazer a ordem de moralidade; o socialismo proclamado por Samora queria criar a justiça social, mas as liberdades foram privatizadas; mas já na segunda via que é a do liberalismo, [...] já existiam liberdades e estas liberdades eram para criar justiça social. Mas, isto fez nascer uma injustiça social. (Celestino, 2022, p.12).

Portanto, examinar os meandros desse processo contribui na compreensão do desdobramento desta lógica em Moçambique, isso a partir da literatura que situa a história da neoliberalização no país nos finais de 1980 a 2024.

3.5. Neoliberalismo e a Administração Pública em Moçambique

Para destacar o efeito e o papel das políticas neoliberais no âmbito administrativo na realidade moçambicana importa fazer uma revisão conceitual, pelo que, o âmbito administrativo não se limita na gestão de recursos enquanto técnica de gestão pública, administrar envolve também a compreensão política e histórica de uma sociedade. Sendo assim, a realidade da administração pública em Moçambique não se isola do seu passado, anos de exploração, tráfico de escravos, colonização e a neocolonização, o que por conseguinte, pode explicar a atual dependência financeira que mina a autonomia administrativa do Estado moçambicano, através das reformas neoliberais incentivadas pelo FMI e o Banco Mundial na pós independência, que incentivaram a redução do papel do Estado, o que consequentemente, fragilizou a própria autonomia estatal e, uma vez fragilizado o Estado moçambicano, os recursos humanos e a própria competência administrativa, criou-se um ambiente que favorece os interesses ocidentais, particularmente, os interesses estrangeiros, com essa manobra esses atores encontram viabilidade para realizar ações sem que sejam responsabilizados de qualquer efeito posterior, (Conrado, 2022; 2025).

Diante disso, busca-se também destacar o papel dessas reformas neoliberais na administração pública a partir da literatura sobre administração e o neoliberalismo. Entretanto, nos últimos anos, vários especialistas da área das ciências sociais têm se dedicado profundamente no estudo dos impactos socioeconômicos proporcionados pelo PAE (Programa de Ajustamento Estrutural), quanto das reformas neoliberais promovidas pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que se fizera nos países periféricos e semiperiféricos, isto, no continente africano, na região da América Latina e na Ásia a partir da década de 1980 (Sigaúque; Cário, 2016).

Contudo, esta pesquisa mobiliza discussões que persistem em várias áreas de estudo como na Ciência política, Ciências Sociais, em especial na Administração Pública, tal discussão encontra sua centralidade em um dos desafios socioeconômicos que persiste na maior parte dos países do continente africano, a pobreza, em que se assenta o subdesenvolvimento, entretanto, a problematização deste estudo é uma busca por compreensões e análises que visem transformar a realidade socioeconômica atual em Moçambique, o que pode permitir ampliar a discussão sobre os impactos socioeconômicos gerados pelas reformas neoliberais, das qual Moçambique tem sido refém durante anos, o que pode ser evidenciado por meio da literatura e a realidade socioeconômica do país.

De modo geral, importa problematizar-se cada vez mais estudos com este enfoque do impacto das políticas neoliberais de modo a incentivar o Estado à articulação de políticas públicas que visem reduzir as desigualdades sociais e que o Estado assuma o seu protagonismo de responsabilidade social, econômica, política e ambiental, da mesma forma, incitar, gestores, líderes, governantes à criação de reformas no âmbito administrativo capazes de transformar o atual quadro de governança do país, onde os direitos sociais estão enfraquecidos, a economia fragmentada e o meio ambiente cada vez mais afetado.

4. METODOLOGIA

A parte metodológica de um estudo apresenta os parâmetros metódicos e técnicos adotados para a realização de uma pesquisa, Gerhardt; Silveira, (2009), enfatizam que os métodos de uma pesquisa variam quanto a sua abordagem, natureza, objetivos e procedimentos. No caso desta pesquisa, trata-se de uma pesquisa exploratória, bibliográfica de abordagem qualitativa baseada na revisão bibliográfica. Uma pesquisa exploratória é aquela que objetiva proporcionar maior familiaridade com um dado problema, de modo a torná-lo explícito ou construir pressupostos (Gil, 2002). Assim, a busca por familiarização com o tema é uma tarefa fundamental para a realização deste estudo.

Sobre a pesquisa qualitativa, Creswel (2014), aponta que a investigação de abordagem qualitativa começa com hipóteses, interpretações teóricas e o estudo de problemas, buscando explorar significados que as pessoas dão sobre certos problemas sociais e humanos de determinado contexto, para este caso observa-se o desenvolvimento e a pobreza em Moçambique, além do mais, neste estudo destaca-se a pesquisa bibliográfica, uma vez que, esta vale-se de material já publicado, de tal maneira que, permite acessar um vasto material entre estes, artigos, monografias, dissertações, teses e vários outros, uma das vantagens da pesquisa bibliográfica é que, ela permite ao investigador a cobertura de vários fenômenos de forma mais abrangente do que se estivesse realizando sua pesquisa directamente (Gil, 2010). Por outro lado, devido à dificuldade de ir ao campo, a pesquisa bibliográfica enriquecerá este estudo, uma vez que, se pode acessar a vários estudos produzidos de vários lugares desde que estejam publicados.

A pesquisa se fundamenta na revisão bibliográfica, segundo Brasileiro (2013), pesquisas de revisão bibliográfica ou de revisão da literatura são aquelas que são desenvolvidas através de publicações científicas em periódicos como livros, artigos, entre outros, não se

limitando em dados, tampouco na simples transcrição de informações, além do mais, a aplicação da revisão bibliográfica se deriva também da capacidade analítica, conceitual e teórica, que são mecanismos imprescindíveis para esta pesquisa, ao abordar conceitos e teorias como administração, desenvolvimento, pobreza e neoliberalismo.

Quanto aos procedimentos técnicos, objetiva-se realizar a coleta de dados por duas vias, entrevista e pela análise documental, a técnica de entrevista será direcionada à especialistas e profissionais entre estes, cientistas sociais, cientistas políticos e economistas moçambicanos com atuação na esfera pública sejam estes diaspóricos ou residentes no país, com um número mínimo de 10 participantes, as perguntas serão abertas, semi estruturadas, sendo realizadas no formato online, de outro lado, concede-se a análise documental, que se baseará no material obtido para o estudo, artigos, teses entre outros, quanto à análise dos dados (textos e as entrevistas), a análise consistirá na análise de conteúdo e na análise do discurso.

5. CRONOGRAMA

Etapas I: Cumprimento dos créditos das disciplinas e levantamento bibliográfico.

Etapas II: Estudo das bases teóricas, ajustes no projeto, elaboração do texto e realização da qualificação.

Etapas III: Desenvolvimento dos instrumentos de investigação.

Etapas IV: Obtenção das informações por meio de entrevistas.

Etapas V: Tratamento e interpretação dos dados reunidos, seguido da escrita.

Etapas VI: Preparação da versão final da dissertação, com revisões e aprimoramentos.

Etapas VII: Apresentação pública e entrega definitiva da dissertação.

Etapas	Meses																							
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
I	X	x	X	X	x	X	x	x	x	X	x	x												
II												x	x	x										
III										x	x	x												
IV										x	x	x												
V													x	x	X	x								
VI																x	x	x	x	x	x	X	x	
VII																								x

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALA, Paulo Ricardo Zilio; SOCARRÁS, José Francisco Puello. **Administração pública e neoliberalismo: reflexões desde nuestramérica, século xxi**. Debates y perspectivas volumen Dos tomo uno. 2020.
- ANJOS FILHO, Robério Nunes dos. **Direito ao desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- ANTUNES, R. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-50.
- BELLUCCI, Beluce, **Economia Contemporânea de Moçambique**, Rio de Janeiro: Educam 2007.
- BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Atlas, 2013.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: Política económica de controle, manutenção e reprodução de poder**”. Revista NERA, vol. 20, n. 38, 2017.
- CELESTINO, Cleiton Fernando Pinto. **Práticas (neo)liberais em Moçambique e o novo pragmatismo político para o desenvolvimento social**. Boletim da Conjuntura. Ano IV | Volume 12 | Nº 34 | Boa Vista | 2022.
- CONRADO, Régio. **Construindo e reformando o Estado na periferia administrativa: os casos dos sistemas judicial e de saúde pública em Moçambique-Cabo Delgado e Niassa (1975-2020)**. Tese para obtenção de (Doutorado em Ciência Política). Universidade de Bordéux, 2022.
- CONRADO, Régio: **Devemos continuar a ‘endoginizar’ o processo de construção da agenda nacional**. ÁGORA, Maputo, 2025.
- CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa** [recurso eletrônico] : escolhendo entre cinco abordagens / John W. Creswell ; tradução: Sandra Mallmann da Rosa; revisão técnica: Dirceu da Silva. – 3. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Penso, 2014.
- DUCATTI, Ivan; ALVES, Paulo Marques; SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. **Os efeitos do neoliberalismo sobre a administração pública portuguesa: desvalorização do trabalho e novas formas de controlo. Crise capitalista, precarização do trabalho e colapso ambiental – VOLUME 3**. 2021

FONTES, Policarpo Oscar. **Impacto da ajuda externa nas reformas neoliberais e democracia nos países africanos: o caso de Moçambique** (1990 2016). Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.14, e64421, 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**, coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – 49 Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVEZ, Francysco Pablo Feitosa. **Administração Pública, neoliberalismo e crises da democracia: o que as pesquisas de Bourdieu têm a nos dizer?** Revista pernambucana de Administração. 2025.

HANLON, J. **Paz Sem Benefícios: Como o FMI boqueia a reconstrução de Moçambique**. Maputo: Nosso Chão, 1997.

HANS, A.; NILSSON, A. **Moçambique em Transição: Um estudo de desenvolvimento durante o período 1974-1992**. Maputo: Padrigu, 1994.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e implicações**. Oxford University Press, Inglaterra. 2005.

KRAYCHETE, Elsa Sousa; ALMEIDA, Elga Lessa De. **Potências tradicionais e emergentes na África subsaariana**. Salvador: EDUFBA, 2023.

MEF. **Estratégia Nacional de Desenvolvimento**. Maputo: ENDE. 2021.

MPD. **Plano de Ação para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014**. Maputo: MPD. 2011.

PECE, Alketa; FRANZESE, cibeles; LOPEZ, Felix Garcia; SECCHI, Leinardo; DIAS, Thiago Ferreira. **A nova reforma administrativa: o que sabemos e para onde vamos?** Cadernos Gestão Pública e Cidadania. . v. 26. n. 84. São Paulo, 2021. 12pg.

SIGAÚQUE, Eduardo Saugineta; CÁRIO, Sílvia Antônio Ferraz. **Estratégia de desenvolvimento socioeconômico de Moçambique na concepção da teoria da dependência**. RDSD v.2 n.1 número especial, 2016. 05-19p.

UNDP. **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2023/2024**. Nova Iorque, EUA, 2024.

WEIMER, B.; CARRILHO, J. **A Economia Política da Descentralização em Moçambique: Dinâmicas, Efeitos, Desafios**. Maputo: IESE, 2017.